

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.447.075 - AL
(2019/0045614-7)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : MACIEL AMARO DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

MACIEL AMARO DOS SANTOS agrava de decisão que inadmitiu seu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas** na Apelação n. 0000065-03.2013.8.02.0068, que manteve a condenação do agente por homicídio qualificado.

Nas razões do especial, a Defensoria Pública apontou violação do **art. 59 do Código Penal**, ao argumento de ser inidônea a avaliação negativa da culpabilidade e das consequências do crime.

Requeru o afastamento da consideração desfavorável das mencionadas vetoriais e o consequente redimensionamento da reprimenda.

A impugnação foi **inadmitida** no juízo prévio de admissibilidade realizado pela Corte local, em virtude do óbice da **Súmula n. 7 do STJ**, o que ensejou a interposição deste agravo.

O agravante assevera: "a tese exposta no recurso especial [...] não diz respeito à ocorrência ou inoccorrência de fatos concretos (fatos brutos), mas à equivocada qualificação jurídica que lhes foi dada" (fl. 488).

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso (fl. 522).

Decido.

O **agravo** é tempestivo e infirmou os fundamentos da decisão agravada, razões pelas quais comporta conhecimento.

O **recurso especial** também suplanta o juízo de prelibação, haja vista a ocorrência do necessário prequestionamento, além de estarem

presentes os demais pressupostos de admissibilidade (cabimento, legitimidade, interesse, inexistência de fato impeditivo, tempestividade e regularidade formal), motivo por que avanço na análise de mérito da controvérsia.

O réu foi condenado a 20 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pelo crime do **art. 121, § 2º, I, II e IV, do Código Penal**. A pena-base foi fixada da seguinte forma (fl. 275, destaquei):

Considerando que o réu, **agiu com culpabilidade intensa, ao infligir à vítima um longo período de sofrimento, culminando com a prática de homicídio premeditado quando a mesma, finalmente, resolveu romper o convívio**; que não há nos autos registros de maus antecedentes, isto é, não há prova do trânsito em julgado de condenação imposta ao réu; que a conduta social do réu não o recomenda, pois evidenciada sua relação conturbada no seio familiar, não só em relação à esposa, mas também em relação aos filhos e aos parentes da vítima; que não há como valorar a personalidade do agente; que o motivo qualificou o crime, não podendo ser valorado nesta fase; que as circunstâncias foram valoradas no exame da culpabilidade e da conduta social; que **as consequências do crime são graves, haja vista a desestruturação de toda a família, com severas implicações na saúde mental dos filhos, dois deles menores, inclusive**; que o comportamento da vítima em nada concorreu para a prática do crime, **fixo a pena-base em 16 (dezesseis) anos de reclusão**, por serem as circunstâncias judiciais, em sua maioria, desfavoráveis, especialmente a culpabilidade, o que revela a gravidade concreta do crime e a periculosidade do agente.

O Tribunal *a quo*, por sua vez, embora haja redimensionado a sanção final para 17 anos e 6 meses de reclusão – pelo reconhecimento da confissão espontânea –, manteve inalterada a reprimenda na primeira etapa da dosimetria. Veja-se (fl. 431, grifei):

Sobre a **culpabilidade**, o argumento como já aduzido, foi intenso, não pelo histórico apresentando, mas sim, pelo modo como ocorreu, tanto por isso o julgador foi justo ao emendar que deixaria de valorar as circunstâncias do crime, vez que já as havia ponderado.

Bem como, o uso de faca, embute, sim, à vítima sofrimento desnecessário. Não há como se acoimar de ilegal a sentença condenatória no ponto em que procedeu ao aumento da pena

- base em razão da culpabilidade, haja vista a elevada reprovabilidade da conduta delituosa praticada, bem evidenciada pelo *modus operandi* empregado no cometimento do delito.

Deste modo, **não há reparos a se fazer nesta primeira fase dosimétrica**, até porque, em vista de se tratar de recurso da defesa, e, diante da possibilidade de *reformatio in pejus*, mantenho a pena-base no patamar encontrado pelo julgador ordinário, isto é, em 16 anos.

A fixação da pena é regulada por princípios e regras constitucionais e legais previstos, respectivamente, nos arts. 5º, XLVI, da Constituição Federal, 59 do Código Penal e 387 do Código de Processo Penal.

Todos esses dispositivos remetem o aplicador do direito à individualização da medida concreta para que, então, seja eleito o *quantum* de sanção a ser aplicada ao condenado criminalmente, com vistas à prevenção e à reprovação do delito perpetrado.

Assim, para obter-se uma aplicação justa da lei penal, o julgador, dentro dessa discricionariedade juridicamente vinculada, há de atentar para as singularidades do caso concreto, e deve, na primeira etapa do procedimento trifásico, guiar-se pelas oito circunstâncias relacionadas no *caput* do art. 59 do Código Penal. São elas: a **culpabilidade**; os antecedentes; a conduta social; a personalidade do agente; os motivos; as circunstâncias e as **consequências** do crime e o comportamento da vítima.

Na hipótese, as instâncias ordinárias consideraram a **culpabilidade** do agente desfavorável especialmente pela premeditação e pelo longo período de sofrimento ao qual a ofendida foi submetida. **Tais motivos são idôneos para exasperar a pena-base**, por indicarem maior reprovabilidade da conduta, conforme entendimento desta Corte Superior.

Nesse sentido:

[...]

1. A premeditação é fundamento idôneo para amparar a majoração da pena-base pela valoração negativa atribuída ao vetor culpabilidade.

[...]

(AgRg no Resp n. 1.788.574/TO, Rel. Ministra Laurita Vaz, 6ª T., DJe 19/8/2019)

[...]

2. Pode haver a valoração negativa da culpabilidade para o crime, pois a premeditação, com planejamento de ações, demonstra o maior desvalor dessa circunstância, motivo pelo qual pode ser sopesada, pois aponta para maior reprovabilidade da conduta. Nessa linha, deve ser mantida a valoração negativa das circunstâncias do crime, pois o fato do acusado ter utilizado de vantagem em relação à vítima, por ser homem e já conhecê-la anteriormente, tendo realizado variadas agressões contra ela, que foi arrastada e violentamente espancada de diversas formas, com chutes, socos, tesouradas, inclusive com saco em sua cabeça, demonstra o maior desvalor dessa circunstância, motivo pelo qual pode ser sopesada.

[...]

(AgRg no REsp n. 1.804.984/TO, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, 5ª T., DJe 3/6/2019)

[...]

6. No tocante à culpabilidade, para fins de individualização da pena, tal vetorial deve ser compreendida como o juízo de reprovabilidade da conduta, ou seja, o menor ou maior grau de censura do comportamento do réu, não se tratando de verificação da ocorrência dos elementos da culpabilidade, para que se possa concluir pela prática ou não de delito. *In concreto*, a brutalidade do crime e o intenso sofrimento ao qual a vítima foi submetida justificam o incremento da básica pelo maior grau de reprovação da conduta do agente.

[...]

(HC n. 490.907/RJ, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 25/10/2019)

No que tange à valoração das **consequências** do delito, reputo indevida a manutenção do aumento da pena-base em relação à vetorial, porquanto a afirmação de que houve danos psicológicos aos filhos da vítima não veio acompanhada de **nenhum dado concreto** sobre esse especial trauma.

É certo que um evento criminoso tem o potencial de abalar a família dos ofendidos, mas, para ensejar o aumento da pena-base, é necessária a demonstração efetiva da especial gravidade das consequências do delito.

Ilustrativamente:

[...]

4. **É ilegítima a manutenção do aumento da pena-base em relação às consequências ao se fazerem suposições vagas acerca de eventuais danos psicológicos que poderá vir a sofrer a vítima. No caso, a assertiva relativa a essa vetorial não veio acompanhada de nenhum dado concreto sobre distúrbio comportamental nem sobre alteração na vida da ofendida a partir do (gravíssimo) evento criminoso.**

5. A satisfação da luxúria do réu - citada pela Juíza singular e corroborada pelo Tribunal de origem - é elemento inerente ao crime de estupro, cujo bem jurídico tutelado é a liberdade sexual, não podendo ser invocada como motivo desse delito.

6. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para reduzir a pena final imposta ao paciente para 11 anos e 9 meses de reclusão mais 10 dias-multa.

(HC n. 313.323/RS, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 12/5/2016, destaquei)

Afastado o sopeso negativo dessa vetorial, **passo à reforma da dosimetria.**

Na primeira etapa, os Juízos antecedentes exasperaram a reprimenda em 4 anos acima do mínimo legal cominado ao delito, pela análise desfavorável de três circunstâncias judiciais – **culpabilidade e conduta social do agente e consequências da infração**. Não foi especificado, todavia, o *quantum* aumentado em cada uma delas, motivo pelo qual presume-se que **a pena foi exasperada em 1 ano e 4 meses por vetor sopesado negativamente**. Assim, excluída a análise prejudicial daquela última vetorial, diminuo a sanção básica para **14 anos e 8 meses de reclusão**.

Na segunda fase, o Juízo *a quo* considerou duas agravantes (art. 61, II, "c" e "f", do CP) e uma atenuante (art. 65, III, "d", do CP) e, diante disso, aumentou a reprimenda em 1 ano e 6 meses. Procedo da mesma forma, de modo que a sanção definitiva resulta em **16 anos e 2 meses de reclusão**, pela inexistência de outras moduladoras.

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "c", parte final, do RISTJ, **conheço do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial**, a fim de redimensionar a pena do agravante para 16 anos e 2 meses de

reclusão.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**